

XIII MANDATO

ATA N.º 3/2021

Reunião ordinária pública de 29 de novembro de 2021

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e vinte e um, pelas 18 horas, realizou-se no Auditório da Junta de Freguesia de Vimieiro, situado na Rua 13 de Maio, 31, União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, concelho de Braga, a reunião ordinária do Executivo Municipal, tendo comparecido os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS), **Bárbara Seco de Barros** (CDU) e **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), em substituição do Vereador **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), perante comunicação dirigida pelo próprio ao Excelentíssimo Presidente da Câmara, no passado dia 26 de novembro, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada. Nesta sequência, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista do Partido Socialista, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, tendo sido efetuada a respetiva substituição, e, consequentemente, participado como Vereador na presente reunião ordinária.-----

Secretariou Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas dezoito horas e dez minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

Para conhecimento foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e um. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O **Presidente da Câmara** começou por saudar os presentes, nesta que é a primeira reunião descentralizada deste mandato. Convidado o **Presidente da União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para dirigir uma palavra de saudação, foi pelo mesmo dito, o seguinte: «Boa tarde, Quero



começar por agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Dr. Ricardo Rio, e a todo o seu executivo, a presença na nossa União de Freguesias e o facto de promover e de realizar a reunião descentralizada da Câmara no nosso anfiteatro de Vimieiro. De salientar a importância destas reuniões descentralizadas e como permitem aproximar o poder das pessoas e dos seus concretos problemas. Gostaria muito de aqui salientar algumas obras de melhoramento que esperamos se possam realizar durante o próximo mandato na nossa União de Freguesias, destacando as seguintes: Saneamento em Macada e pavimentação da antiga estrada EN 14, que liga Macada (Vimieiro) até Trezeste (Celeirós); instalação de saneamento entre a Rua Emílio Rodrigues e a Avenida de São Bento (ligação ao coletor já existente na entrada de Fradelos); a escola de Vimieiro precisa de obras de recuperação muito urgentes; recuperação do ringue de Vimieiro e dos seus balneários; criação de novo acesso ao parque de merendas e capela mortuária em Aveleda; recuperação do ringue de Aveleda e dos seus balneários; a escola básica de Aveleda necessita de obras urgentes; a rua de acesso a esta escola necessita passar a ter apenas um sentido; instalação de saneamento na rua do apeadeiro, em Aveleda; a Avenida Ponte das Traves bem como a Avenida de Covedêlo em Celeirós, precisam de uma intervenção muito urgente e profunda; alteração da ponte sobre o Rio Este de modo a eliminar as cheias nos períodos de forte pluviosidade; renovação total dos edifícios da Junta de Freguesia de Celeirós e de Aveleda; para o Parque Industrial de Celeirós, a sua requalificação é urgente tanto na 1.ª como na 2.ª fase, sendo necessária uma grande intervenção a todos os níveis; na Escola do Monte é necessária uma limpeza urgente em toda a área interior, mas principalmente, precisamos que nos respondam à seguinte questão: que futuro dar a este edifício e seu espaço? Para o Campo de Jogos do Clube Desportivo de Celeirós, esperamos que se proceda à conclusão da 3.ª fase, mas no imediato é fundamental a sua substituição da iluminação existente por luzes led; as escolas da Garapôa e da Cruz também precisam de obras de recuperação urgentemente. Foi também anunciado no passado sábado pelo Dr. Ricardo Rio que se iria proceder à execução da conclusão da Ecovia do Rio Este, que irá terminar no mercado abastecedor em Celeirós. É algo que nos enche de orgulho, pois é muito importante para a nossa União de Freguesias. Aproveitando a execução desta obra, e após reunião com o Eng. Altino Bessa, tenho estado em conversações com os proprietários de alguns terrenos em Celeirós, para podermos finalmente concretizar a criação do tão almejado parque de lazer e respetiva zona verde. Esperamos proximamente confirmar este desejo de todos os habitantes da nossa União de Freguesias. Muito obrigada, mais uma vez, pela vossa presença, e reforço o forte desejo de concretizarmos estas e outras obras num futuro próximo, indo ao encontro dos anseios de toda a nossa população. Para



terminar, quero deixar um agradecimento muito especial a toda a minha equipa, por todo o empenho e trabalho já demonstrado em prol do desenvolvimento da nossa União de Freguesias.»-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----DELIBERAÇÕES-----

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 2/2021: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 2/2021, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE PELOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA A QUINZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM:** Presidente da Câmara Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, Vereadores Altino Bernardo Lemos Bessa, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Carla Maria Ferreira Sepúlveda, Artur Jorge Oliveira Feio, Vereadora Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e Bárbara Seco de Barros. -----
2. **CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO EM REGIME DE CONTA CORRENTE PARA 2022 NO VALOR DE 6.000.000,00 € - ANÁLISE DAS PROPOSTAS-** Presente a seguinte proposta: Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta relativa à contratação de empréstimo de curto prazo em regime de conta corrente para 2022, no valor de 6.000.000,00 €, no sentido de adjudicar o financiamento à Caixa Geral de Depósitos, SA, nos termos da proposta apresentada, indexada à Euribor a 6 meses, acrescido de um spread de 0,089, pontos percentuais. Tem informação circunstanciada da Direção Municipal de Gestão, proposta que se anexa. Todos os documentos instrutórios anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----



7

3. RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO, NOS TERMOS DO ARTIGO 31.º DO REGULAMENTO DO PDM, PARA A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESIGNADO POR “EDIFÍCIO E-REDES” PARA DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE E-REDES, SITO NA AVENIDA DR. PIRES GONÇALVES, Nº. 55 – UF BRAGA (S. JOSÉ DE SÃO LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO) - Presente a seguinte proposta: «Tendo terminado o período de consulta pública ao pedido de reconhecimento de interesse público estratégico do empreendimento, para a construção de um edifício designado por “Edifício E-Redes” para desenvolvimento da atividade e-redes, sito na Avenida Dr. Pires Gonçalves, nº. 55 – UF Braga (S. José de São Lázaro e S. João do Souto), e não tendo sido apresentada qualquer participação por escrito, submete-se o mesmo a fim de ser apreciado pela Assembleia Municipal, tudo conforme proposta anexa da Direção Municipal de Urbanismo e Planeamento – DPOT – Divisão de Planeamento.» proposta que se anexa. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

4. AUTO DE SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS DA EMPREITADA: “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA – VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES- Presente a seguinte proposta: «Submete-se para ratificação do Executivo Municipal, o ato praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 10 de novembro do ano em curso, relativo ao auto de Suspensão Parcial dos Trabalhos da empreitada em epígrafe. Tem informação circunstanciada da Divisão de Fiscalização de Empreitadas.», proposta que se anexa. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E**

79

BÁRBARA SECO DE BARROS. O Vereador Artur Feio deu nota da preocupação do PS com o facto de esta obra, de grande impacto na cidade, resultar num custo para lá daquilo que estava inicialmente planeado. Disse ainda que na rotunda em frente ao *Burger King* e *Media Markt*, esta obra tem causado constrangimentos diversos ao nível do tráfego, causando várias reclamações. Nas palavras do Vereador, não se percebe o porquê de ter sido suprimida uma das faixas de rodagem, o que, naquela obra e naquele particular sítio, veio aumentar o tráfego automóvel. Continuou dizendo que o objetivo era tornar aquele traço urbano mais clicável e pedonal, mas a verdade é que, infelizmente, têm aumentado os índices de acidentes ali, classificando esta solução como de *"pouca razoabilidade"*. Mais solicitou o Vereador que fosse apresentado um estudo de onde constem os números de valores finais previstos para esta empreitada. A Vereadora Bárbara Barros referiu que não é de ignorar o facto de esta obra ser *"causadora de grandes transtornos no que diz respeito à mobilidade, tráfego e circulação automóvel naquela zona. Esta obra já vai muito longe do valor inicialmente contratualizado, sendo que no novo concurso que vai ser lançado a empresa que está a fazer a obra não tem nenhum impedimento de voltar a concorrer, e o que vai acontecer é que vamos terminar uma mesma obra com um valor para o erário público que se torna inexplicável"*. Esclareceu o Presidente da Câmara que a obra está a custar mais de 30% do que inicialmente previsto, e por estar a ultrapassar esse valor é que é necessário suspendê-la, face àquele que tem sido o entendimento do Tribunal de Contas. Mais referiu que numa obra destas tem de se conciliar a utilização dessa via com os percalços e transtornos que a mesma comporta ou, em alternativa, encerrar completamente a via. Daí que, atendendo à necessidade de acessos de toda aquela zona envolvente, com uma série de superfícies comerciais, escritórios, etc., se tivesse optado, desde a primeira hora, por conciliar essa dupla utilização: de realização de obra e de utilização pelas viaturas, o que naturalmente originou alguns constrangimentos, fruto dessa conciliação de circunstâncias. Mais informou que se tem notado que, à medida que as etapas da obra vão sendo concluídas, a mesma tem sido bem-recebida pelos utilizadores e pelas populações envolventes. Relativamente à questão que causou mais dificuldades, foram dadas indicações aos serviços para que corrigissem o projeto que tinha sido inicialmente aprovado - e que estava em execução - nomeadamente quanto ao afunilamento na rotunda da *Media Markt*, e foi imposta a manutenção das duas faixas de rodagem, pelo que hoje essa questão está totalmente salvaguardada, e não há nenhum risco de estrangulamento do trânsito como inicialmente iria acontecer. Uma vez mais no uso da palavra, o Vereador Artur Feio sugeriu que se pudessem ter feito 3 faixas de rodagem - uma prioritária ou exclusiva para ciclistas, e 2 para veículos, considerando que a obra aumentou imenso o tempo de espera para quem lá passa, atento o facto de as duas faixas existentes terem medidas e dimensões reduzias, o que leva os condutores, com receio, a reduzirem a velocidade e assim formar algum trânsito no local. O Vereador João Rodrigues mencionou ainda que as



rotundas anteriores, com a configuração que tinham (verdadeiramente ovais), criavam acidentes e atropelamentos constantes, e que não é verdade que tenha aumentado o constrangimento de tráfego (o que apenas sucedeu no período de obra). -----

5. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS - ARTIGO H-1/16º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA - Presente a seguinte proposta: « Da Direção Municipal de Gestão-Departamento Financeiro -

Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal com proposta de indeferimento, os pedidos de isenção de taxas, que poderão ter enquadramento no artº. H-1/16º do Código Regulamentar do Município de Braga, conforme mapa em anexo. O referido mapa e informações técnicas integrantes da proposta dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA O INDEFERIMENTO DA ISENÇÃO DE TAXAS, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA.** -----

6. PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS AO ABRIGO DOS ARTºs H-1/16º e H-1/17º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA - Presente a seguinte proposta: «Da Direção Municipal de Gestão-Departamento Financeiro -Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita submetendo à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenções de taxas, com fundamento nos artigos H-1/16º e H-1/17º do CRMB, de acordo com o mapa que vai em anexo.» O referido mapa e informações técnicas integrantes da proposta dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Submeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, em cumprimento do previsto no nº 3 do artigo H-1/18º do CRMB. -----

7. PEDIDOS DE ISENÇÃO DE TAXAS, COM FUNDAMENTO NO MANIFESTO E RELEVANTE INTERESSE MUNICIPAL, AO ABRIGO DOS ARTºs H-1/16º e H-1/17º DO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA - Presente a seguinte proposta: « Da Direção Municipal de Gestão-Departamento Financeiro -Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita submetendo à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenções de taxas, relativas a operações Urbanísticas, com fundamento nos artigos H-1/16º e H-1/17º do CRMB, de acordo com o mapa que vai em anexo.» O referido mapa e informações técnicas integrantes da proposta dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta





anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Submeter à Assembleia Municipal, para conhecimento, em cumprimento do previsto no nº 3 do artigo H-1/18º do CRMB. -----

8. PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE CINCO POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR DA ÁREA JURÍDICA - Presente a seguinte proposta:

«Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de cinco postos de trabalho de técnico superior, área jurídica, proposta essa que vai em anexo». A proposta anexa dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

9. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO ENTRE A DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE E MUNICÍPIO DE BRAGA:

Presente a seguinte proposta: «Considerando que: a) O património cultural português, considerado excecional pela sua singularidade, é um ativo fundamental para o desenvolvimento e coesão social, económica e territorial; b) O Governo assumiu a requalificação e a dinamização do património cultural como um importante compromisso e colocou-o no centro das políticas públicas, designadamente no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR); c) O PRR prevê a recuperação e valorização de vários museus, monumentos, palácios e teatros nacionais, tendo sido considerados imóveis emblemáticos em função do seu valor cultural, histórico, artístico e de acesso ao público, que são marcos da cultura, da história, da arquitetura, da arte e da memória do país, e cujo investimento impacta positivamente na performance económica; d) São esperados efeitos positivos de diversa índole, não só ao nível da melhoria física dos edifícios e respetivas envolventes, mas também em dimensões relacionadas com a eficiência energética e hídrica, com impactos significativos para a dinamização da atividade económica, criação de emprego, requalificação urbana e promoção do turismo cultural; e) O Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (FSPC), nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho, na sua redação atual, tem por missão prioritária financiar os investimentos em bens imóveis classificados, nos quais se incluem os previstos no PRR em matéria da requalificação do património cultural imóvel; f) A comissão diretiva do FSPC funciona junto da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), a qual presta o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao seu funcionamento; g) A DGPC tem por missão, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, na sua redação atual, assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional;



h) Constitui atribuição da DGPC assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como celebrar protocolos de colaboração e contratos-programa com autarquias locais e outras entidades, nomeadamente, tendo em vista a qualificação e a gestão de museus, nos termos da alínea e) do n.º 2 e da alínea t) do n.º 3 do artigo 2.º e alínea p) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio, na sua redação atual; i) A Direção Regional de Cultura do Norte (DRC Norte) deve assegurar a promoção e execução os programas e projetos anuais e plurianuais de conservação do património arquitetónico e arqueológico, em articulação com a DGPC, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio na sua redação atual; j) O Estado, ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, pode celebrar acordos com entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural; k) O Município de Braga é uma autarquia local que visa, nos termos constitucionais e da alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a promoção e defesa dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente nos domínios do património e da cultura; l) O Município de Braga pode, nos termos das alínea r) e t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nomeadamente para assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município; m) Existe um conjunto de imóveis abrangidos pelo PRR que se localizam em Braga, estando o Município disponível para cooperar com a DGPC e a DRC Norte na execução e concretização destes investimentos; n) O artigo 22.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê de forma inovadora que os municípios podem colaborar com a administração central ou com outros organismos da administração pública na prossecução de atribuições ou competências desta; o) No âmbito da avaliação conjunta realizada pelos outorgantes constatou-se que, dada a estrutura, capacidade instalada, e dimensão dos serviços do Município, estes se encontram melhor capacitados para a execução célere das operações e intervenções no edificado, através do PRR, assim se assegurando aumento da eficiência da gestão dos recursos, ganhos de eficácia a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; p) A celebração do presente contrato é feito ao abrigo do acima citado preceito da Lei das Finanças Locais, pelo que, por natureza, se trata de contratação não abrangida pela parte II do Código dos Contratos Públicos, nem sendo suscetível de estar submetida à concorrência de mercado, nomeadamente no que concerne à aplicação das regras de procedimentos para a formação de contratos aí previstos; q) O presente contrato respeita os princípios gerais da contratação pública previstos no n.º 1 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PROPONHO à Ex.ma Câmara Municipal que ratifique o meu ato datado de 20 de novembro em que outorguei o presente contrato interadministrativo (CI) de cooperação, que anexo, nos termos do artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013, de 12/9, na sua redação atual. De facto, por motivos relacionados com a Administração Central, foi urgente proceder à assinatura do CI em causa na data de 20 de novembro último, razão pela qual se submete ao Executivo para ratificar o referido contrato». O referido contrato dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

10.CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS, A DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL, A DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE E O MUNICÍPIO DE BRAGA- Presente a

seguinte proposta: Considerando que: a) O património cultural português, considerado excecional pela sua singularidade, é um ativo fundamental para o desenvolvimento e coesão social, económica e territorial;b) O Governo assumiu a requalificação e a dinamização do património cultural como um importante compromisso e colocou-o no centro das políticas públicas, designadamente no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR);c) O PRR prevê ainda a transição digital das redes culturais, a modernização das infraestruturas tecnológicas da rede de equipamentos culturais públicos, a digitalização de artes e do património, bem como a internacionalização do livro;d) O Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) tem por missão, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro, o apoio técnico à formulação de políticas culturais, ao planeamento estratégico e operacional e às relações internacionais, em articulação com a programação financeira, proceder ao acompanhamento e avaliação global de resultados obtidos, bem como assegurar o apoio jurídico e o contencioso, dos serviços e organismos dependentes ou sob tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área da cultura; e) Constitui atribuição do GEPAC propor a celebração de contratos-programa ou outros mecanismos de gestão de fundos comunitários, participar na definição das condições de acesso, elegibilidade, critérios de seleção e monitorização dos resultados das medidas ou ações de programas operacionais, de programas de iniciativa comunitária e outros programas, assegurar a gestão conjunta das referidas medidas ou ações e colaborar na divulgação e dinamização destes mecanismos de financiamento, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 2.º Decreto-Lei n.º 47/2012, de 28 de fevereiro; f) Constitui atribuição da DGPC assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como celebrar protocolos de colaboração e contratos-programa com autarquias locais e outras entidades, nomeadamente, tendo em vista a qualificação e a gestão de museus, nos termos da alínea e) do n.º 2 e da alínea t) do n.º 3 do artigo 2.º e alínea p) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio, na sua redação atual; g) A Direção Regional de Cultura do Norte (DRC Norte) deve assegurar a

promoção e execução os programas e projetos anuais e plurianuais de conservação do património arquitetónico e arqueológico, em articulação com a DGPC, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, na sua redação atual ;h) O Estado, ao abrigo do previsto no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, pode celebrar acordos com entidades interessadas na preservação e valorização de bens culturais para efeito da prossecução de interesses públicos na área do património cultural; i) O Município de Braga é uma autarquia local que visa, nos termos constitucionais e da alínea e) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a promoção e defesa dos interesses próprios das respetivas populações, nomeadamente nos domínios do património e da cultura; j) O Município de Braga pode, nos termos das alínea r) e t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central, nomeadamente para assegurar o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município; k) Existe um conjunto de imóveis abrangidos pelo PRR que se localizam em Braga, estando o Município disponível para cooperar com o GEPAC na execução e concretização destes investimentos; l) A promoção, por parte de Municípios, destes investimentos assume particular relevância, uma vez que estes, pela proximidade à realidade local, dispõem de condições privilegiadas para desenvolver e controlar os procedimentos para a formação de contratos, bem como a respetiva execução, que se revelem necessários, assim assegurando eficácia e eficiência na alocação dos recursos públicos, nomeadamente no que concerne à promoção e fiscalização de obras; m) O artigo 22.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, prevê de forma inovadora que os municípios podem colaborar com a administração central ou com outros organismos da administração pública, na prossecução de atribuições ou competências desta; n) No âmbito da avaliação conjunta realizada pelos outorgantes constatou-se que, dada a estrutura, capacidade instalada, e dimensão dos serviços do Município, estes se encontram melhor capacitados para a execução célere das operações e intervenções no edificado, através do PRR, assim se assegurando aumento da eficiência da gestão dos recursos, ganhos de eficácia a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; o) A celebração do presente contrato é feito ao abrigo do acima citado preceito da Lei das Finanças Locais, pelo que, por natureza, se trata de contratação não abrangida pela parte II do Código dos Contratos Públicos, nem sendo suscetível de estar submetida à concorrência de mercado, por força do artigo 5.º do mesmo Código, nomeadamente no que concerne à aplicação das regras de procedimentos para a formação de contratos aí previstos ;p) O presente contrato respeita os princípios gerais da contratação pública previstos no n.º 1 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Público. PROponho à Ex.ma Câmara Municipal que ratifique o meu

ato datado de 20 de novembro em que outorguei o presente contrato interadministrativo (CI) de cooperação, que anexo, nos termos do artigo 35º, nº 3, da Lei nº 75/2013, de 12/9, na sua redação atual. De facto, por motivos relacionados com a Administração Central, foi urgente proceder à assinatura do CI em causa na data de 20 de novembro último, razão pela qual se submete ao Executivo para ratificar o referido contrato.» O referido contrato dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

11.CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS -

Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no artigo 25º, alínea k) e do artº. 33º, nº. 1 alínea m) do Regime Jurídico das Autarquias Locais. **a) À Freguesia de Palmeira**, para a execução da obra denominada “Requalificação do Parque Infantil do Loteamento da Quinta de S. José - Palmeira”, no montante de 51.760,86€; **b) À Freguesia de Sobreposta**, para a execução da obra denominada “Drenagem Águas Pluviais Rua Srª. da Conceição – Sobreposta – Trabalhos Complementares”, no montante de 40.757,43€; **c) À União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada “Requalificação Parcial da Rua dos Castanheiros – Aveleda – Honorários Projeto”, no montante de 3.653,10€; **d) À União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada “Pavimentação da Rua da Fonte – Vimieiro”, no montante de 727,77€; **e) À União das Freguesias de Crespos e Pousada**, para a execução da obra denominada “Alargamento e Beneficiação da Rua das Cortinhas – Crespos - Aditamento”, no montante de 44.884,65€; **f) À União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estêvão e São Vicente)**, para a execução da obra denominada “Confluência da EN 309 com o Cruzamento da EM 628 e com a Rua da Escola – Escudeiros”, no montante de 82.448,29€; **g) À União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estêvão e São Vicente)**, para a execução da obra denominada “Confluência da EN 309 com o Cruzamento da EM 628 e com a Rua da Escola – Escudeiros”, no montante de 6.396,00€; **h) À União das Freguesias de Lomar e Arcos**, para a execução da obra denominada “Drenagem de águas pluviais na Travessa de São Paio, S.Paio d' Arcos”, no montante de 7.670,66 €; **i) À União das Freguesias de Lomar e Arcos**, para a execução da obra denominada “Continuação da Praceta de Custoiás – Lomar - Pavimentação”, no montante de 1.701,77€; **j) À União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, para a execução da obra denominada “Alargamento Pontual da Rua de S. Judas Tadeu – Celeirós – (Projeto)”, no montante de 1.642,05€; **k) À União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, para a execução da obra denominada “Honorários/Projeto – Rua de Tornadouro e Paço - Morreira”, no montante de 11.186,76€; **l) À Freguesia de Adaúfe**, para a execução da obra denominada “Pavimentação da Rua da Encosta”, no montante de

14.532,60€; m) À **Freguesia de Gualtar** para a execução da obra denominada "Espaço Lazer e Estacionamento da Quinta do Capa – Arranjos Exteriores (projeto)", no montante de 2.717,14€; n) À **Freguesia de Lamas** para a execução da obra denominada "Alargamento da Rua da Cabraínha - Lamas", no montante de 553,50€; o) À **Freguesia de Padim da Graça** para a execução dos projetos "Arranjo Urbanístico Monumento do Emigrante" e "Arranjo Urbanístico Monumento aos combatentes da Guerra do Ultramar", no montante de 6.445,20€; p) À **Freguesia de Sequeira** para a execução da obra "Muro de suporte da Rua da Boavista – Honorários/Fiscalização", no montante de 2.767,50€; q) À **Freguesia de Sobreposta** para a execução da obra "Reconstrução de Muro da Travessa da Vinha", no montante de 6.825,34€; r) À **Freguesia de Tadem** para a execução da obra "Construção de espaço para arquivo no Edifício Sede da Junta", no montante de 8.738,59€; s) À **União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** para a execução da obra "Requalificação da Rua São Judas Tadeu – Celeirós – Honorários/projeto", no montante de 1.353,00€; t) À **União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro** para a execução da obra "Requalificação Parcial da Rua dos Castanheiros - Aveleda", no montante de 62.974,60€; u) À **União das Freguesias de Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)** para a execução da obra "Reparação do Pavimento – Confluência EN 309 com o Cruzamento EM 628 com a Rua da Escola – Escudeiros – Aditamento (2)", no montante de 86.067,35€; v) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)** para a execução da obra "Alargamento e Pavimentação da Rua das Alminhas – 2ª. fase – Penso Stº. Estevão", no montante de 1.845,00€; w) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)** para a execução da obra "Alargamento e pavimentação da Rua das Alminhas – 2ª. fase – Penso Stº. Estevão", no montante de 1.845,00€; x) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)** com vista à fiscalização da obra "Alargamento e Beneficiação da Rua da Cal – Escudeiros", no montante de 584,25€; y) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)** da obra "Requalificação e alargamento C.M. 1343 - Projeto", no montante de 8.402,59€; z) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)** da obra "Repavimentação Travessa Caminho de santiago - Projeto", no montante de 1.167,01€; aa) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, fiscalização da obra "Requalificação da Rua dos Pardieiros – Penso Stº. Estevão", no montante de 2.706,00€; bb) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, da obra "Alargamento e Pavimentação da Travessa de Penso - Projeto", no montante de 1.881,96€; cc) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, da obra "Alargamento e Pavimentação da Travessa do Hospital - Projeto", no montante de 2.273,96€; dd) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº. Estevão e S. Vicente)**, da obra "Requalificação da Rua dos Torneiros – Escudeiros - Projeto", no montante de 3.149,55€; ee) À **União das Freguesias de Escudeiros e Penso (Stº.**

Estevão e S. Vicente), da obra "Alargamento e pavimentação da Calçada da Bouça – Escudeiros - Projeto", no montante de 2.118,44€; **ff) À União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, da obra "Alargamento e pavimentação da Rua Francisco Lopes Gomes - Ferreiros (parcelas de terreno cedidas)", no montante de 1.500,00€; **gg) À União das Freguesias de Guisande e Oliveira S. Pedro**, da obra "Requalificação da Rua do Souto – Guisande – Honorários - projeto", no montante de 5.535,00€; **hh) À União das Freguesias de Lomar e Arcos**, da obra "Parque Infantil do loteamento do Ventoso – Lomar – nota de honorários - Projeto", no montante de 3.690,00€; **ii) À União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**, da obra "Repavimentação de betuminoso em várias ruas", no montante de 48.184,42€; **jj) À União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, da obra "Rua do Gaio – Morreira – honorários - Projeto", no montante de 6.396,00€; **kk) À União das Freguesias Stª. Lucrécia de Algeriz e Navarra**, da obra "Requalificação da Rua de Quintela – Stª. Lucrécia de Algeriz", no montante de 7.998,45€; **ll) À União das Freguesias de Vilaça e Fradelos**, obra denominada "Obras na EB1 de Fradelos", no montante de 5.935,80€.» Todos os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

12. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS - Presente a seguinte proposta: «Submetem-se à apreciação do Executivo com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artº 33.º e da alínea j) do n.º 1 do artº. 15º, ambos da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. **a) À Freguesia de S. Vitor**, no montante de 3.548,55€, com IVA incluído, destinado a apoiar "Obras de conservação – Na Escola EB1 do Bairro da Alegria". **b) À Freguesia de Sequeira**, no montante de 26.466,17€, com IVA incluído, destinado a apoiar a "Requalificação do Tanque Público dos caleiros e envolvente – Rua de Pousada - Sequeira". **c) À União das Freguesias de Penso (Stª. Estêvão e S. Vicente)**, no montante de 7.946,27€ com IVA incluído, destinado a apoiar a "ampliação e beneficiação do Cemitério de Escudeiros – Honorários/Projeto". **d) À União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, no montante de 5.680,00€, com IVA incluído, destinado a apoiar "Pintura e Conservação de abrigos de paragem de transportes públicos". **e) À Freguesia de Adaúfe** no montante de 4.920,00€, com IVA incluído, destinado à "Fiscalização da ampliação do Cemitério de Adaúfe". **f) À Freguesia de Gualtar** no montante de 2.222,16€, com IVA incluído, para "Hortas Urbanas – Projeto". **g) À Freguesia de Gualtar** no montante de 2.140,00€, com IVA incluído, para "Projeto do Espaço do Cidadão". **h) À Freguesia de Gualtar** no montante de 7.420,00€, com IVA incluído, para "Substituição de cobertura e Reposição das condições de Segurança e Exteriores – Escola Velha de Gualtar". **i) À Freguesia de Mire de Tibães** no montante de 940,95€, com IVA incluído, para "Reparação de

intercomunicador e coberto da entrada do JI de Mire de Tibães". j) À **Freguesia de S. Vitor** no montante de 2.706,00€, com IVA incluído, para "apoiar a colocação de película térmica nos vidros da Escola Básica das Enguardas". l) À **Freguesia de Sobreposta** no montante de 100.956,76€, com IVA incluído, para "Requalificação da Sede da Junta". m) À **Freguesia de Tebosa** no montante de 10.000,00€, com IVA incluído, para "Aquisição de uma viatura de nove lugares para apoiar o transporte de crianças da freguesia". n) À **União das Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro**, no montante de 1.955,00€, com IVA incluído, para "Requalificação do Ringe das Granjas – Vimieiro (projeto)". o) À **União de Freguesia de Crespos e Pousada**, no montante de 17.227,12€, com IVA incluído, para "Retificação e Pavimentação do Caminho do Lameiro – Pousada". p) À **União das Freguesias de Este S. Pedro e S. Mamede**, no montante de 5.303,64€, com IVA incluído, para "Pintura interior da EB1 de Este S. Mamede". q) À **União das Freguesias de Ferreiros e Gondizalves**, no montante de 6.732,40€, com IVA incluído, para "Projeto para o Adro da Igreja e Capela Mortuária de Gondizalves". r) À **União de Freguesia de Merelim S. Pedro e Frossos**, no montante de 2.500,00€ para Atividades Culturais de Verão "Sons de Verão". s) À **União das Freguesias de Morreira e Trandeiras**, no montante de 1.778,58,00€, com IVA incluído, para "Reparação de Sistemas de Rega - Trandeiras".cf. proposta que se anexa. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

13.DESIGNAÇÃO DOS VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO-MANDATO 2021-2025 -Presente a seguinte proposta: «Submete-se para conhecimento do Executivo Municipal, nos termos do n.º 1, alínea b), e nº 4 do art.º 58º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, a designação dos vereadores em regime de tempo inteiro, para desempenho das funções que lhes forem delegadas e subdelegadas.» **A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.** -----

14.PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ENTIDADES - Presente a seguinte proposta: «Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as propostas de apoio financeiro às seguintes entidades: a) **Regiconcerto, Produções Musicais e Audiovisuais Lda**, no valor de 4.995,00€, nos termos do artigo F-1/3º, nº 2 do CRMB, destinado a iniciativas de promoção e divulgação de imagens do concelho de Braga e videoclip e produções multimédia no âmbito da gravação de videoclip da telenovela a emitir no canal de Televisão da TVI, intitulada "Para sempre"; b) **Ritmo alegórico, Associação Cultural**, no montante de 2.000,00€, destinada a apoiar a iniciativa cultural designada por "Noite dos Reis da Bazuuca"- 3.ª edição; c) **Fábrica da Igreja Paroquial de São Tiago de Priscos**, no valor de 2.500,00€, destinado a participar as despesas decorrentes da realização de mais uma edição do Presépio Vivo de Priscos.» cf. proposta que se

anexa. Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

15. PROPOSTAS DE DESIGNAÇÃO DE ENCARGADO DO PROTEÇÃO DE DADOS E RESPONSÁVEL DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE BRAGA - Presente a seguinte proposta: «Da Direção Municipal de

Gestão-DISIQ, submetendo à consideração do Executivo Municipal propostas para a nomeação do encarregado da proteção de dados e do responsável de segurança do Município de Braga, que se anexam.»

Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA**

CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

16. PROPOSTA PARA NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTES DAS JUNTAS DE FREGUESIAS NAS COMISSÕES MUNICIPAIS DE PROTEÇÃO CIVIL E DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIO -

Presente a seguinte proposta: «Do Sr. Vereador Altino Bessa, submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta elaborada pelo Coordenador Técnico da Proteção Civil, Vítor Azevedo, relativa a designação de representantes das juntas de freguesia nas comissões municipais de proteção civil e de defesa da floresta contra incêndio, que se anexa.» **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

17. TOPONÍMIA - Presente a seguinte proposta: «Do Sr. Vereador João Rodrigues, propondo a atribuição do Topónimo na - União das Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto - Rua 1º. de dezembro (artéria em S. José de S. Lázaro), com início na Rua Conselheiro Lobato e fim sem saída.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

18. NOMEAÇÃO DE EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL - Presente a seguinte proposta:

«Submete-se para conhecimento do conhecimento Executivo Municipal proposta relativa a nomeação de duas Conselheiras Locais para a Igualdade bem como a equipa para a Igualdade na Vida Local, proposta essa que se anexa.» **A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.** -----

19. PROPOSTA DE VENDA DO CATÁLOGO "O LEGADO DE ANDRÉ SOARES" - Presente a seguinte

proposta: «Da Divisão da Cultura submetendo proposta de venda do Catálogo "O Legado de André Soares".

A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.



DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUITO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

20.PROPOSTA PARA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO HISTÓRICO (ORU) E DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DO CENTRO HISTÓRICO (PERU)- Presente a seguinte proposta: «Da DMUOP/DIVISÃO DO CENTRO HISTÓRICO, PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA, submetendo à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, proposta relativa à prorrogação da vigência da Operação de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e do respetivo Programa Estratégico (PERU), pelo prazo de um ano, de acordo com a proposta que vai em anexo.» A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

21.DESIGNAÇÃO DOS ELEMENTOS DO MUNICÍPIO NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA: Da Sr.^a Vereadora da Educação é presente a seguinte proposta: «Considerando que: a) O Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas por legislação subsequente, identifica o conselho geral como o órgão de direção estratégica dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; b) O conselho geral é constituído por representantes de pessoal docente e não docente, dos pais/ encarregados de educação e alunos, do município e da comunidade local, conforme previsto no n.º 2 do artigo 12º da legislação acima mencionada. O número de representantes de cada grupo depende do que for definido em regulamento interno dos estabelecimentos; c) Os representantes do município, segundo o n.º 4 do artigo 14º, "são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia"; d) No concelho de Braga existem, na rede pública, 12 Agrupamentos de Escolas (AE) e uma escola não agrupada (E) – Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian; e) No dia 26 de setembro de 2021 realizaram-se as eleições autárquicas. Face ao exposto coloca-se à apreciação do Executivo Municipal a aprovação dos representantes do Município nos Conselhos Gerais, assim como a substituição da Vereadora nas suas faltas e impedimentos, conforme proposta em anexo.» Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**



MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO, RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

22.PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE

2022- Presente a seguinte proposta: «Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da assembleia Municipal, a seguinte proposta da Fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis, para o ano de 2022. Assim: a) Considerando a carga fiscal que onera os munícipes nos últimos anos; b) Considerando os constrangimentos financeiros que atualmente as famílias atravessam na sequência da pandemia epidemiológica do novo Coronavírus (COVID-19), c) Por outro lado, considerando a importância deste imposto para o financiamento e estratégia de gestão do Município de Braga; d) Impõe-se encontrar uma solução equilibrada, ponderada e rigorosa que permita minimizar os constrangimentos socioeconómicos das famílias bracarense e, ao mesmo tempo, não hipotecar a prossecução da estratégia municipal na satisfação das necessidades do concelho; Proponho: l) Ao abrigo do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), na sua redação atualizada, submeter à Assembleia Municipal: 1) Fixar, para o ano de 2022, a taxa do imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes termos: Prédios urbanos – 0,33%; 2) Aplicar as seguintes majorações e minorações à taxa agora fixada, no seguimento da aplicação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana em vigor, elaborados pelo Município de Braga e aprovados pela Assembleia Municipal de Braga e tendo em conta as alterações produzidas ao respetivo regime jurídico e CIMI: 2.1 Minoração em 20% da taxa para edifícios reabilitados para habitação, nas respetivas áreas de reabilitação urbanas, de acordo com o disposto no nº 6, do artigo 112º do CIMI, incentivando assim a reabilitação urbana, a fixação de população e a atração de novos residentes para aquelas áreas; 3) Redução da taxa do imposto a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a tabela constante artigo 112º A do CIMI, que aqui se reproduz:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40



3 ou mais	70
-----------	----

4) Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI. Mais proponho que: II) No âmbito do Programa de Arrendamento Acessível e tendo em vista a dinamização do mercado de arrendamento habitacional, no intuito de incentivar os proprietários a disponibilizarem os seus imóveis a preços acessíveis, a Câmara Municipal delibere no sentido de iniciar o procedimento regulamentar de incentivo fiscal, no âmbito do IMI em articulação com o quadro legal aplicável.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** A Vereadora Bárbara Barros referiu que a CDU já em julho havia apresentado uma proposta que previa o mesmo alívio fiscal para as famílias tendo apresentado documento com o seguinte teor: «IMI – Proposta Zonas de Pressão Urbanística: -Delimitar, nos termos do Decreto-Lei 67/2019, os territórios integrados nas Áreas de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Braga, Braga Norte, Braga Nascente e Braga Sul, como zonas de pressão urbanística; - Estabelecer o mecanismo de agravamento da taxa de IMI prevista no Artigo 112.º-B do CIMI; - Proceder à identificação sistemática e exaustiva dos prédios ou frações autónomas como devolutos e respetiva comunicação à Autoridade Tributária nos termos do número 16 do Artigo 112.º do CIMI. “Artigo 112.º: 16 - A identificação dos prédios ou frações autónomas devolutos, os prédios em ruínas e os terrenos para construção referidos no artigo 112.º-B deve ser comunicada pelos municípios à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, nos termos e prazos referidos no n.º 14 e divulgada por estes no respetivo sítio na Internet, bem como no boletim municipal, quando este exista. (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)”, Artigo 112.º -B Prédios devolutos localizados em zonas de pressão urbanística 1 - Os prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos há mais de dois anos, os prédios em ruínas, bem como os terrenos para construção inseridos no solo urbano e cuja qualificação em plano municipal de ordenamento do território atribua aptidão para o uso habitacional, sempre que se localizem em zonas de pressão urbanística, como tal definidas em diploma próprio, estão sujeitos ao seguinte agravamento, em substituição do previsto no n.º 3 do artigo 112.º:(Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março) a) A taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º é elevada ao sêxtuplo, agravada, em cada ano subsequente, em mais 10 %; b) O agravamento referido tem como limite máximo o valor de 12 vezes a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º 2 - As receitas obtidas pelo agravamento previsto no número anterior, na parte em que as mesmas excedam a aplicação do n.º 3 do artigo 112.º, são afetadas pelos municípios ao financiamento das políticas municipais de habitação. IMI Ruínas ou degradados e devolutos



fora das zonas de Pressão Urbanística: -Identificar e inventariar sistematicamente e em todo o território concelhio os imóveis que se encontrem nas condições previstas no número 3 do artigo 112º do CIMI e comunicar a listagem à Autoridade Tributária. Artigo 112º, n.º 3 - Salvo quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos: (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro) a) De prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro) b) Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas. (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)»

A **Vereadora Sílvia Sousa** referiu o facto de não haver evidência de que sejam, efetivamente, as famílias mais carenciadas a beneficiar destas reduções, pelo que considera importante perceber, na distribuição de rendimentos, quem realmente é afetado por esta redução fiscal. -----

23.PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) – ANO DE 2022 «Submete-se à apreciação do executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – ano de 2022. Considerando que: a) De acordo com a alínea f), do artigo 14º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25º e seguintes, da mesma Lei; b) Nos termos da alínea c) do nº 1, do artigo 25º e do nº 1, do artigo 26º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, participação essa calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1, do artigo 78º do Código do IRS. Propõe-se que nos termos do disposto na alínea ccc), nº 1, artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea c), do nº 1, do art.º 25º, da mesma lei e na alínea c), do nº 1, do art.º 25º e nºs 1 e 2 do art.º 26º, ambos da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, com as respetivas alterações, aprove o percentual de 3,75% relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2022.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO**

VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA. VOTOU CONTRA A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. A Vereadora Bárbara Barros entende que esta medida foi uma forma de subfinanciar os Municípios, pelo que, contrariamente à redução de IMI, que de facto se faz sentir em todas as famílias, esta abdicação de receita do Município faz-se sentir de forma muito residual nas famílias bracarenses, pelo que se entende que o valor que a Câmara abdica poderia ser investido noutros serviços. -----

24.PROPOSTA DE LANÇAMENTO DE DERRAMA A COBRAR NO ANO DE 2022: «Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta de Lançamento de Derrama a cobrar no ano de 2022: Considerando: Que a Lei das Finanças Locais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro), na alínea c) do artigo 14º, consagra o produto da cobrança da derrama como uma das receitas municipais; Que o artigo 18º da mesma Lei define os termos do lançamento da derrama, de que se destaca: a) Que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território; b) Que a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal e nos termos do art.º 18, nº 24 do mesmo diploma, “deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150.000”. Propõe-se para aprovação e submissão à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea d), do nº 1, do artigo 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para aprovação por este órgão deliberativo, ao abrigo da alínea b) do artigo 14º, do nº 2 do artigo 16º e do artigo 18º, todos a Lei nº 73/2013, de 3 de setembro o seguinte: O lançamento de uma derrama para 2022 nos seguintes moldes:

Escalão por volume de negócios	Taxa aplicável
De 0 até 150.000,00€	0,1%
Mais do que 150.000,00€	1,5%

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, DOS VEREADORES ALTINO BERNARDO LEMOS BESSA, MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA

MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E RICARDO MIGUEL ANTUNES DA CUNHA RODRIGUES DE SOUSA. -----

- VOTO DE LOUVOR À ATLETA MARIANA MACHADO, pela conquista do título nacional de corta mato: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

25.APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.

-----OUTROS ASSUNTOS:-----

-----O Vereador Artur Feio solicitou o acesso aos documentos que levaram à recente anunciada renovação do protocolo entre a InvestBraga e a Altice Portugal relativo aos *namings rights* do Fórum Braga. Nas palavras do Vereador "Não podemos deixar de lamentar que tenhamos tido acesso a esta informação por via da comunicação social, uma vez que este assunto deveria ter sido colocado, e ser extensível a todos os membros deste Executivo." -----

-----A Vereadora Bárbara Seco de Barros questionou se a retirada dos pilaretes na Rua do Raio - e que separavam a faixa de circulação única - se deveu a uma necessidade de manutenção; o Presidente da Câmara respondeu que se mantém a faixa exclusiva para transportes públicos, mas sem pilaretes. -----

-----Ainda pela Vereadora Bárbara Barros, foram abordados os seguintes assuntos: -----

- Pedido de ponto de situação relativamente ao caso dos assistentes operacionais da Ponte de Pedrinha: Há cerca de quatro semanas veio a público a preocupação dos pais, uma vez que apenas duas assistentes operacionais estavam a trabalhar, em virtude de outras duas se encontrarem de baixa médica, o que é insuficiente para o funcionamento regular daquela Escola. A Vereadora solicitou ainda um ponto de situação geral, *i.e.*, se existem situações similares noutras escolas. -----

- Resposta Bragahabit no fogo ocorrido num apartamento que vitimou o seu ocupante: segundo a associação de moradores do Bairro das Enguardas esta era uma circunstância de alguém que acumulava lixo em casa, e que não tinha eletricidade, recorrendo ao uso de velas, situação que já havia sido reportada à Bragahabit, EM., pelo que pretende a Vereadora saber como foi feito este encaminhamento. -----

- Processo de licenciamento de construção, na União de freguesias de Arentim e Cunha, e que levou a uma resposta por parte do Município, de arquivamento do processo, relativo ao alvará n.º 422/2020. Trata-se de uma construção de uma moradia unifamiliar, que, sem qualquer aviso prévio ou negociação com o terreno



contíguo, não cumpre – nem no projeto nem na construção- o previsto na lei. A título de exemplo, referiu que a canalização é passada pelo terreno ao lado, e parte da obra ocupa também já alguns metros desse mesmo terreno. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que o âmbito da fiscalização incide sobre a conformidade da obra executada com aquilo que foi licenciado, pelo que o que importa verificar é se há ou não algum problema no processo de licenciamento. -----

-Relativamente à questão dos assistentes operacionais: “a situação da Ponte de Pedrinha é uma situação com que nos vamos deparando pontualmente em diversos equipamentos escolares. Há recursos humanos que constam do nosso ratio e que estão afetos inicialmente e que num determinado interrompem a sua atividade e isso coloca-nos numa situação de défice face àquilo que gostaríamos e não temos mecanismo automático para compensar essas mesmas baixas. O que a Câmara Municipal tem feito é criar uma bolsa de contratos emprego inserção que são afetos aos agrupamentos, que depois utilizam para suprir essas mesmas falhas que vão ocorrendo.” Mais expôs o Presidente que, no próximo ano, está prevista a contratação de setenta e cinco assistentes operacionais. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

O **Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra à cidadã **Helena Maria de Costa Queirós** que fez a seguinte intervenção: «Boa tarde a todos! Sou Helena Queirós e sou moradora na Rua Adelina Caravana, perto do pavilhão das Goladas. Como mentora do abaixo assinado entregue no passado mês de setembro ao Presidente Ricardo Rio, estou aqui para partilhar convosco o sentimento e inquietação dos moradores das ruas envolventes ao Pavilhão das Goladas. A Câmara Municipal de Braga, sem consulta prévia, decidiu duplicar a capacidade de lugares sentados e aumentar o Pavilhão das Goladas. A indignação coletiva dos moradores levou, no passado mês de setembro, a que o manifesto criado para mostrar o repúdio da decisão, tivesse centenas de assinaturas dos moradores em poucos dias. Mas, afinal, e de forma unilateral, o concurso público foi aceite e despachado, com o preço base de perto de 1 milhão e 700 mil euros. Para os moradores esta decisão mostra o absurdo das construções, pensadas para o voto, para interesses particulares, sem capacidade de refletir o futuro. Assim sendo, algumas perguntas se impõem: De quem é o terreno e o edifício de forma a tornar claro o porquê de ser a câmara, dinheiros públicos, a fazer a obra; Porquê alargar um espaço onde o espaço não existe? Qual a razão da comunidade não ter sido informada e ouvida? Várias árvores já foram abatidas e quantas mais serão num espaço exígua e fundamental para uma área habitacional? Onde será feito o estacionamento? Como será assegurada a rápida movimentação de equipas de urgência em casos possíveis de acidentes

diversos? Os perto de 1,7 milhões de euros definidos para a requalificação e ampliação, que é dinheiro público, não podem ser gastos em decisões unilaterais e sem consulta pública, tendo em conta a consternação que irá criar na vida de centenas de pessoas. Esta política prepotente tem de perder o seu lugar e perceber que quem vive nos locais conhece a realidade, deve ser ouvido e, depois de estudadas as possibilidades existentes, se definir com base em estudos independentes, objetivos e, sempre, com olhos postos no futuro.» -----

Por fim, foi referido e esclarecido pelo **Presidente** que:- «A Câmara Municipal vai executar a obra no pavilhão das Goladas porque o pavilhão lhe pertence, e o terreno respetivo também. Todas as outras questões colocadas são questões de natureza subjetiva, em que a opinião dos moradores tem o valor que é respeitado, mas que não é o entendimento perfilhado pelo Município nesta matéria; este é um equipamento desportivo que serve a população além desta coletividade, é um equipamento desportivo que consideramos que é importante valorizar, e nesse mesmo sentido entendeu-se que o deveria fazer, ampliando a respetiva capacidade e criando condições para a prática, em particular do Hóquei em patins e do equipamento escolar que lhe está adjacente, que é a Escola Calouste Gulbenkian.» -----

ENCERRAMENTO: Às 19h30m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal e por mim, Maria Isilda Paredes de Oliveira e Castro Vilas Boas, Chefe de Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----



